EDITORA
UnB

EDUCAÇÃO INFANTIL EM DIÁLOGO

Pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância

Etienne Baldez
Monique Aparecida Voltarelli
(org.)

Pesquisa, Inovação & Ousadia

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz de Farias

EDITORA
UnB

Conselho editorial
Germana Henriques Pereira (Presidente)
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Fernando César Lima Leite
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

EDITORA
UnB

Educação infantil em diálogo

Pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância

Etienne Baldez
Monique Aparecida Voltarelli
(org.)

Pesquisa, Inovação & Ousadia

Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultora de produção editorial	Percio Savio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão	Denise Pimenta de Oliveira
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Caio Martins Lopes
Diagramação	Beatriz Parente Barreto de Abreu
Foto de capa	Tatiana Syrikova via Pexels.com

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

E24 Educação infantil em diálogo [recurso eletrônico] : pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância / Etienne Baldez, Monique Aparecida Voltarelli, organizadoras. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
227 p. – (Série Pesquisa, Inovação & Ousadia).

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-248-4.

1. Educação infantil - Aspectos sociais. 2. Práticas de ensino. I. Barbosa, Etienne Baldez Louzada (org.). II. Voltarelli, Monique Aparecida (org.). III. Título. IV. Série.

CDU 373

Fernanda Cordeiro de Carvalho – Bibliotecária – CRB 1/2339

Pensar as crianças no tempo presente tem sido um desafio, e requer cada vez mais perguntar "quais lugares que as crianças têm ocupado na sociedade, em especial dentro das instituições de educação infantil?", no intuito de pôr em pauta a forma como travamos relações e como construímos práticas educativas com as crianças. Desse modo, dedicamos esta obra a todos profissionais, estudiosos/as, pesquisadores/as da infância, que, assim como nós, têm se preocupado em construir percepções amplas sobre a infância, trocando lentes e olhares anteriores por indagações, incômodos e buscas constantes de aperfeiçoamento nas formas como educamos as nossas crianças.

Dedicamos, em especial, às crianças, que nos ensinam diariamente a nos reinventar, a resistir, a sermos singulares e resgatar nossas potências, nossa ludicidade e nossa esperança por dias melhores, sempre. A todas as crianças que nos inspiram a caminhar e a seguir investindo esforços investigativos para compreendê-las, conhecê-las e aprender com elas formas outras de ver o mundo. Tudo que aqui foi analisado, estudado e refletido não faria sentido se não fosse por elas.

Agradecimentos

A organização e escrita de um livro é resultado de relações que estabelecemos com diversos cenários sociais em que estamos inseridas, com os nossos pares, com o meio acadêmico e com tantas pessoas, espaços, leituras e experiências que configuram nossas trajetórias e vão tecendo construções que carregam nossas compreensões e lutas. Nesse sentido, agradecemos imensamente e carinhosamente a cada autor e autora desta obra, que não mediram esforços para que pudéssemos compor esses diálogos sobre a infância, e que resultam, ainda, de relações que nós organizadoras tivemos a oportunidade de construir nos nossos últimos anos de atuação profissional e por meio das nossas trajetórias de pesquisa.

Propor e concretizar a publicação de um livro é por nós visto e compreendido como um momento de celebração, em forma de abertura e também ponto de partida para revistarmos saberes, para a construção de outros e para seguir investigando. Assim como as crianças, desde o nascimento, nos inspiram para a possibilidade do novo, que possamos por meio desta obra transitar entre as palavras, tropeçar nas construções propostas, brincar com as ideias, desconstruir e construir percepções e, principalmente, compartilhar engajamentos que vislumbrem a efetivação dos direitos das crianças a viverem suas infâncias plurais.

Agradecemos também a todos que nos acompanharam nesse processo, que acreditaram nos possíveis e que inventam conosco outras formas de compreender as práticas educativas com as crianças.

Aos leitores, somos gratas pela confiança no nosso trabalho e os convidamos ao mergulho no conhecimento sobre os estudos da infância a serem explorados nas próximas páginas.

“Que nenhuma opinião seja uma convicção absoluta, imutável.
Que o dia de hoje seja sempre feito da soma das experiências de ontem,
enriquecidas das experiências de amanhã… Somente com essa condição
nosso trabalho nunca será monótono nem sem esperança.”
Janusz Korczak

Sumário

Prefácio 15

Apresentação 17

A educação infantil em pauta: perspectivas e diálogos

Interseccionalidade na área da educação infantil: conceito e ferramenta analítica para o desvelamento sobre infância(s) e as crianças 29
Ana Caroline Irineu
Catarina Moro

A organização do currículo da educação infantil em campos de experiência: o protagonismo das crianças em evidência 39
Rafaelli Norberto Grégio
Giane Lucelia Grotti

Quando o santo de casa não faz milagres: como melhorar a implementação de políticas educacionais a partir do envolvimento dos atores? 47
Cristiano Rogério Alcântara
Gabriela Spanghero Lotta

Saberes da infância e a formação dos profissionais da educação 57
Marcia Cristina Argenti

A especificidade da educação infantil referenciada pela coordenação pedagógica (Brasília, 2020-2022) 67
Débora de Souza Santos
Etienne Baldez

A dimensão moral da avaliação: estereótipos de gênero no contexto da educação infantil **79**
Viviane Fernandes Faria Pinto

Educação infantil e famílias no cenário da revisão de literatura 89
Nazareth Salutto
Maria Alice Barbosa dos Santos

O que dizem os materiais pedagógicos sobre avaliação? 99
Gabriela Scramingnon
Maria Fernanda Rezende Nunes
Marina Castro e Souza

Entre os desafios da proposição, o relato das práticas docentes com projetos na educação infantil (Brasília, 2022-2023) 113
Ligia Almeida Teixeira
Etienne Baldez

Estudos sociais da infância: olhares para a pesquisa para, com e sobre as crianças

Pressupostos teóricos da sociologia da infância nas pesquisas brasileiras 125
Lucas Ramos Martins
Ademilson de Sousa Soares

“De olho na fresta”: encontros da educação infantil com os estudos da infância **135**
Aline Buy dos Santos
Lisandra Ogg Gomes

Gênero e infância: em quais práticas sociais os meninos estão se engajando? **145**
Danielle Atta
Monique Aparecida Voltarelli

Interseccionalidades entre infância, gênero e raça na sociologia da infância brasileira **157**
Andrea Braga Moruzzi
Mayra Silva dos Santos
Vanessa Medianeira da Silva Flôres

Geografia e educação infantil: as crianças e suas relações espaço-temporais **169**
Ana Paula Batista Pina dos Santos
Maria Lídia Bueno Fernandes

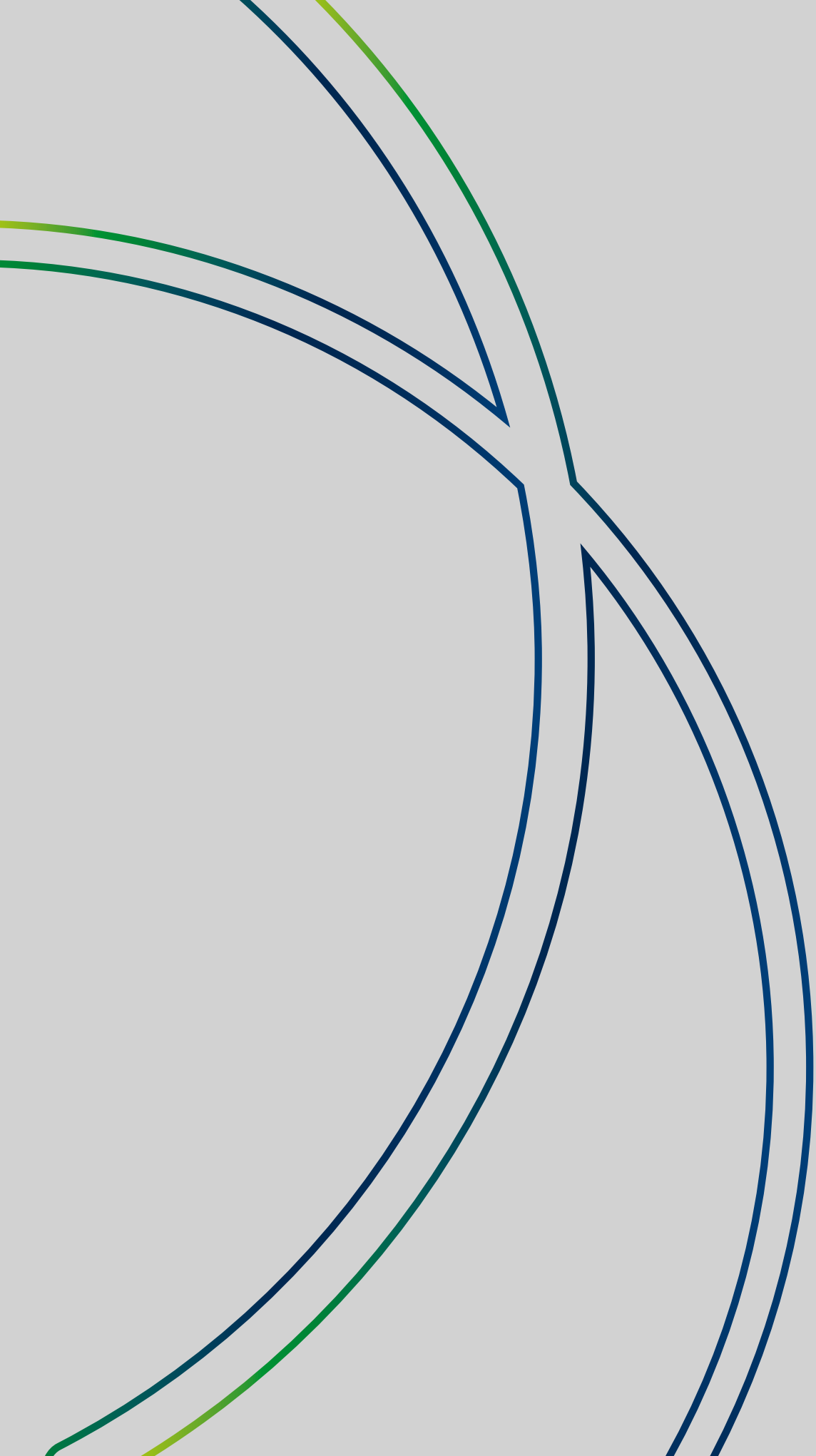
A infância brasileira em um cenário pandêmico **179**
Lara Batomarco Nobre
Laura Brisolara de Albuquerque
Monique Aparecida Voltarelli

Metodologias de pesquisa com crianças: uma experiência na cidade de Brasília **191**
Rhaisa Naiade Pael Farias
Ingrid Dittrich Wiggers

Estudos sociais da infância e migrações internacionais: análise das produções acadêmicas brasileiras do período de 2013-2023 **201**
Flávio Santiago
Taís Aparecida de Moura

Reflexões finais 213

Sobre os autores 217



Estudos sociais da infância: olhares para a pesquisa para, com e sobre as crianças

Geografia e educação infantil: as crianças e suas relações espaçotemporais

Ana Paula Batista Pina dos Santos
Maria Lídia Bueno Fernandes

Este capítulo aborda a dimensão espaçotemporal no cotidiano da educação infantil em uma instituição da região administrativa Recanto das Emas, no Distrito Federal, captada por meio de encontros com crianças dessa instituição, para, por meio de relatos e registros gráficos de "espaço-tempos" que emergiam do imaginário das crianças a partir de suas vivências, desvelar as geografias dessas crianças. No cotidiano da educação infantil, as crianças ampliam a dimensão espaçotemporal, expressando suas espacialidades e temporalidade com falas, brincadeiras, produções artísticas dentre outras experiências. O poema a seguir indica o caminho que pretendemos seguir no trabalho em tela: o de estabelecer um diálogo profícuo com as crianças para, como nos ensina Muchow (1932 *apud* Behnken; Honig, 2012), ultrapassar a busca do entendimento de como as crianças vivem no mundo para chegar à compreensão sobre o mundo em que vivem.

> Sentei-me então a seu lado. A fim de ver melhor, com cuidado. Senhor, desculpe minha ousadia, mas na sua idade ter uma orelha tão verde, qual a utilidade? Ele me disse, já sou velho, mas veja que coisa linda. De um menininho tenho a orelha ainda. É uma orelha-criança que me ajuda a compreender. O que os grandes não querem mais entender (Rodari, 1997).

Com esse propósito em mente, gostaríamos de retomar alguns elementos constitutivos sobre a educação infantil enquanto seguimento educacional, abordando as diversas transformações sociais na idade moderna que demarcaram seu escopo em uma perspectiva eurocêntrica.[1] O início desse período histórico é marcado por mudanças sociais, econômicas

[1] Quanto às concepções pedagógicas apresentadas neste trabalho, dizem respeito a um recorte estrutural que mais se refere a uma perspectiva eurocêntrica sobre abordagens pedagógicas que influenciaram práticas pedagógicas também no Brasil. Contudo, tal recorte não exclui diversas outras concepções pedagógicas estruturadas por diversas outras culturas que não se localizam no eixo europeu.

e políticas, que reverberam nas propostas educacionais e provoca transformações nas concepções sobre as crianças, que deixavam de ser vistas apenas como adultos em miniatura.

Com essa premissa, estudiosos começavam a discutir a necessidade de se ampliar o acesso às instituições de ensino para as diversas crianças, fossem elas filhas ou não dos burgueses da época. Nesse processo, os Estados Unidos e países da Europa muito influenciaram o mundo ocidental nas concepções de infância e de instituições de educação infantil.

Na Grã-Bretanha, Robert Owen (1771-1858) fundou a Infant School, instituição que ensinava regras morais a crianças, buscando minimizar os problemas sociais da época. Na Alemanha, Friedrich Fröebel (1782-1852) fundou o Kindergarten: o nome da instituição traz em si uma analogia ao jardim, ou seja, um jardim de crianças, que precisavam ser cuidadas e protegidas. Nos Estados Unidos, John Dewey (1859-1952), defendia a proposta de *kindergarten* e afirmava que esse modelo propiciava o desenvolvimento de atividades que ampliassem a compreensão para o estudo da psicologia da criança. Já na Itália, Maria Montessori (1870-1952) fundou uma abordagem educativa que valorizava uma educação integral da criança. Sendo que, décadas depois, Loris Malaguzzi (1920-1994) construiu, junto com a comunidade local da região de Emilia Romagna, mais propriamente no município de Reggio Emilia, uma abordagem educativa que valorizava o desenvolvimento das múltiplas linguagens da criança e enfatizava a necessidade da instituição dos direitos das crianças. O que, na França, foi inspirado pelo ideal de Célestin Freinet (1896-1966), que estruturou uma pedagogia nova, que veio consolidar as concepções de infância que vinham emergindo na época, tanto no cenário europeu, quanto nos Estados Unidos.

Considerando tais contribuições sobre as concepções de criança e de infância, por volta das décadas de 1970 e 1980 o Fundo das Nações Unidas para a Infância da Organização das Nações Unidas (Unicef) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) também voltaram suas discussões para a educação infantil, afirmando que a educação é um direito fundamental da criança. A Unesco defende, como um dos seus objetivos, a "mobilização pela educação, para que toda criança, menino ou menina, tenha acesso a uma educação de qualidade como um direito humano fundamental e como um pré-requisito ao desenvolvimento humano" (Unicef; Unesco, 2019).

Nesse período de tantas mudanças sobre a concepção de infâncias e de instituições educativas para crianças, as quebras de paradigmas oriundos dos países europeus e dos Estados Unidos reverberaram no Brasil, por volta de 1980, uma preocupação social sobre a infância e o papel das instituições de educação infantil do nosso país. Na época, a sociedade civil organizada reivindicava que as crianças deixassem de ser percebidas como sujeitos de tutela do Estado e passassem a ser reconhecidas como sujeitos de direitos, como pontuou Andrade (2010). Um episódio crucial que revela essa maior participação das crianças foi a assinatura de mais de um milhão e 400 mil crianças e adolescentes no documento que descrevia a proposta "Criança, prioridade nacional", que versava sobre a inserção de direitos constitucionais para crianças e adolescentes (As crianças, 2018).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 208, inciso IV, preconiza ser dever do Estado ofertar o "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade",[2] assiste-se a uma lenta e gradual transformação no quadro que revela a oferta de vagas para essa etapa da escolarização e o efetivo acesso. Sobre isso Kuhlmann Jr. (2000) afirma:

> na quarta última parte dos anos 1900, a educação infantil brasileira vive intensas transformações. É durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxe para a sociedade e para a educação brasileiras, que se inicia esta nova fase, que terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. A legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré-escolas, para crianças de zero a seis anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica (Kuhlmann Jr., 2000, p. 6).

Foram dessas mudanças estruturais que emergiu a necessidade da promulgação de diretrizes que orientassem a educação e, inclusive, colocassem legalmente a educação infantil como primeira etapa da educação básica. A partir dessa regulamentação, dada pela *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (*LDBEN*), de 1996, o Estado brasileiro passou a instituir a educação infantil como primeira etapa da educação básica. Assim, creches e pré-escolas passavam a ser de competência dos órgãos de educação e não mais dos órgãos de assistência social, como eram antes.

A conquista da educação infantil como primeira etapa da educação básica fortaleceu a defesa da instituição dos direitos das crianças. Afinal, o acesso às instituições de educação infantil passa a ser um direito da criança e não uma condição que a família oferecia aos filhos. Assim, o Estado se comprometia com o desenvolvimento das crianças, não apenas com os cuidados e higiene da população de zero a seis anos, mas, também, com o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras, espaciais e temporais, dimensões que vão além dos aspectos vinculados ao cuidar.

Com isso, o Brasil começou a estabelecer uma nova identidade para institucionalizar a educação infantil do país, trazendo novas regulamentações e atualizações de antigas regulamentações (*Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil* [*DNCEI*]; *LDBEN*; *Plano Nacional de Educação* [*PNE*]; *Base Nacional Comum Curricular* [*BNCC*]), visando o alcance dos municípios, que têm a competência de gerir as instituições públicas de educação infantil, de modo a promover uma educação de qualidade às crianças desde a primeira infância.

É responsabilidade do Estado garantir a oferta da educação infantil para qualquer criança do nosso país, sem requisitos de seleção. Paralelamente a essas mudanças nas políticas de governo, inclusive da educação infantil, diferentes órgãos estatais, bem como a sociedade civil, mobilizaram-se para a reestruturação da *LDBEN*. Com isso, a Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, alterou a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no que diz respeito

[2] Atualmente, em decorrência da Lei n.º 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, a educação infantil atende crianças de zero a cinco anos de idade.

à idade limite das crianças que frequentam a pré-escola, que passa de seis para cinco anos, e ainda torna obrigatório o acesso das crianças entre quatro e cinco anos à pré-escola.

Em meio a essas lutas e garantias asseguradas tanto pela *LDBEN* de 1996 quanto pelo *PNE* de 2014, em 2017, após amplo debate nacional, o governo federal promulgou a *BNCC*, normatizando, entre outras coisas, a educação infantil. A *BNCC* coloca a criança no centro do processo de aprendizagem, estabelecendo direitos e objetivos de aprendizagem para crianças.

Feitas as devidas considerações, a *BNCC* se institui como um

> […] documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica (Brasil, 2017, p. 7).

Desse modo, o documento reitera o caráter educativo dessa etapa da educação básica, destacando a importância da relação entre o cuidar e o educar na educação infantil. Além disso, a fim de promover a aprendizagem das crianças e seu desenvolvimento nos espaço-tempos, o documento defende que creches e pré-escolas devem

> […] acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas […] (Brasil, 2017, p. 34).

Desse modo, a educação infantil passa a valorizar o conhecimento que as crianças têm de si e do mundo, e, assim, os docentes precisam formular suas estratégias metodológicas a fim de ampliar esses saberes, de modo a contribuir com o desenvolvimento das crianças nos espaços educativos.

Para isso, é necessário que a educação infantil seja um ambiente de troca e de escuta sensível, a fim de que os saberes ali expressados sejam ouvidos e venham a dialogar com as práticas docentes. Assim, ao nos

> aproximarmos das relações que as crianças possuem com seus espaços, podemos compreender como as diferentes representações de infância emergem (Lopes, 2011, p. 101).

Com isso, a educação infantil precisa respaldar suas práticas educativas nas relações das crianças com e nos espaço-tempos, entendendo que os espaços são "espaços geográficos, densos e intensos de humanidades, e não formas vazias e simples de estruturas edificadas" (Lopes, 2011, p. 101). Afinal, as práticas docentes da educação infantil

> pressupõem um novo olhar para as crianças, inclusive da própria Geografia. Um olhar que desvele a presença de crianças na constituição e construção do território […] fincados num tempo-espaço, portanto, como produtoras desse país e desse

> planeta, como sujeitos presentes nas paisagens e construtoras dessas paisagens, que deixam marcas e rastros no espaço e no tempo (Lopes, 2011, p. 103).

Assim,

> reconhecemos a importância ética e responsável de se pensar uma geografia da infância para as crianças, mas sem deixar de fora uma geografia da infância com as crianças (Lopes; Costa; Amorim, 2016, p. 244).

Dessa forma, o olhar sobre o campo de conhecimento da geografia, construído na educação infantil, precisa considerar a criança como sujeito ativo da aprendizagem.

E é com essa premissa que fomos a campo para a realização da pesquisa de mestrado (Santos, 2020), reconhecendo as crianças como sujeitos ativos na aprendizagem. Os sujeitos da pesquisa, foram as crianças de uma instituição de educação infantil, crianças matriculadas na "sala sete" do turno matutino, do Jardim de Infância 603 da região administrativa Recanto das Emas, no Distrito Federal. Nesses encontros com as crianças, diversos foram os momentos de escuta e fala acerca dos espaço-tempos que vivenciam cotidianamente. A dimensão espaçotemporal das crianças é bem evidente no cotidiano da educação infantil, já que essa envolve a "própria formação do ser humano em sua experiência/vivência de humanidade" (Lopes, 2018, p. 19). No cotidiano da educação infantil, as crianças ampliam essa dimensão, expressando suas espacialidades e temporalidade com falas, brincadeiras, produções artísticas, dentre outras experiências.

A partir dessa perspectiva, analisamos as narrativas das crianças para depreender a partir dos seus relatos, desenhos e imagens, como vivenciam essa dimensão espaçotemporal na prática.

As narrativas espaçotemporais ficam latentes, ainda mais no que diz respeito à representação das ruas em seus trajetos da casa à escola.

Figura 1: Renata desenhando seu trajeto "casa-escola"



foto: Ana Paula Batista Pina dos Santos Maria Lídia Bueno Fernandes

Nesse intuito, várias crianças desenharam seus trajetos e narraram essas vivências, apresentando alguns elementos que discorrem sobre suas noções espaçotemporais em seus desenhos e relatos. Esse foi o caso do Luan, como vemos a seguir:

Figura 2: Desenho do Luan

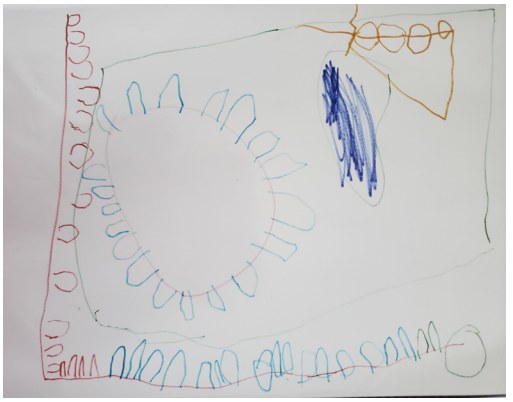


foto: Ana Paula Batista Pina dos Santos Maria Lídia Bueno Fernandes

Em sua narrativa, Luan identificou a quadra 203, onde ele mora, fez destaques como setas de um GPS, dizendo “peraí, tive uma ideia! Vou fazer igual aplicativo de Uber!”. Além disso, em sua fala, ele deu ênfase aos carros e caminhões que vê até chegar na escola, dizendo “eu venho de carro, mas eu gosto de caminhão. Aqui vai ser um carro de corrida ó, os tracinhos assim! Aí!”.

Já o Ricardo deixou bem claro em sua fala e desenho diversos elementos que ele vê na cidade, além de trazer elementos relacionados à distância e direção do trajeto, como vemos a seguir:

Figura 3: Desenho do Ricardo



foto: Ana Paula Batista Pina dos Santos Maria Lídia Bueno Fernandes

Assim, a partir desses desenhos, percebemos o quanto as narrativas espaçotemporais estão presentes ao ilustrarem seus trajetos diários da casa até chegar na escola. Nessas narrativas notamos o quanto a rua e os carros são representados por essas crianças ao desenharem seus trajetos de casa até a escola, o quanto os aspectos relacionados à compreensão da distância e comparação entre meios de transporte surge em suas falas, e o quanto a influência das percepções familiares acerca das distâncias relaciona-se à compreensão das crianças nessas percepções.

Os encontros com as crianças mostraram o quanto a dimensão espaçotemporal permeia o cotidiano da educação infantil, afinal, suas vivências são marcadas pelos e nos espaço-tempos. Dessa forma, notamos o quanto as crianças demonstraram essa dimensão por meio do seu corpo, de suas falas, de seus desenhos, de suas brincadeiras e tantas outras formas de expressão que elas carregam no cotidiano da educação infantil.

É nesse movimento de experimentação com e no espaço-tempo que as crianças ampliam suas compreensões do mundo, de modo que fica evidente que

> as marcas socioespaçotemporais se fazem presentes nos corpos das pessoas, o que evidencia a perspectiva vygotskyana da plasticidade do biológico e de sua condição sócio-histórico (Lopes, 2009, p. 36).

Afinal, as crianças, ao interagirem com e nos espaço-tempos, deixam suas marcas nesses espaço-tempos, que se manifestam em seus próprios corpos em uma relação dialética, apropriando-se dos espaço-tempos e, ao mesmo tempo, transformando-os de forma a favorecer suas relações entre pares, por exemplo quando utilizam as carteiras escolares para fazer as atividades, mas também as transformam em esconderijos nas brincadeiras, ou quando utilizam um banco no parque para sentar ou como um forninho para esquentar as comidinhas em suas brincadeiras.

Nessa interação com e no espaço-tempo, as crianças apreendem a linguagem geográfica, que perpassa as experiências espaciais vivenciadas, o que vai muito além do mero contato com os recursos físicos ou sensoriais do espaço. Quanto a essa dimensão, em diálogo com Vigotski, Lopes (2018) destaca que a pessoa se constitui como sujeito sócio-histórico, a partir da herança ligada ao histórico da espécie, à inserção na cultura e à sua vivência nesse contexto, o que, para ele, acontece por meio também do desenvolvimento da dimensão geográfica, entendida como topogênese, dando ênfase à compreensão do ser e estar no mundo materializado pela análise espacial.

> Se a história humana produz o espaço geográfico, as paisagens, os territórios, os lugares, são esses que possibilitam os próprios processos humanos. As novas gerações ao nascerem encontram uma história da humanidade a partir dos espaços erguidos na superfície terrestre, estão entre os primeiros processos de mediação. As "formas" erguidas (entendidas aqui em seu caráter material e simbólico) são frutos da história humana, mas ao mesmo tempo são locais de onde a história humana constantemente se inicia; é fim, é começo, é gênese, formam as relações espaciais humanas, não são vazios. *Se o espaço geográfico é produzido e produz*

> *a história humana, constitui também o humano. Existe, assim, uma dimensão geo-histórica nesse processo* (Lopes, 2018, p. 50, grifo nosso).

Nessa relação com e nos espaço-tempos, "as crianças estão constantemente testando os limites de suas experiências geográficas, em busca de estímulo, segurança e senso de identidade e lugar" (Aitken, 1994, p. 1, tradução nossa), de modo a consolidarem seu desenvolvimento humano. E é assim que as crianças precisam se desenvolver, afinal,

> não há sentido em pensar o ser humano (e a infância) fora das geografias, a consciência e o controle de si e do mundo, vivido fora das relações socioculturais, fora da linguagem, fora da unidade existência/existir, ser/estar, espaço/tempo (Lopes; Fernandes, 2020, p. 53).

Outro aspecto relevante também percebido nos encontros com a turma é a importância que as vivências nos espaço-tempos além dos muros da escola podem oferecer ao desenvolvimento da criança. Isso ficou evidente quando as crianças desenharam seus trajetos da casa à escola, demonstrando o que viam quando faziam esses trajetos diários. Nesses relatos, a presença da pista de carros, do uso de meios de transporte e das noções de temporalidade das crianças sobre esses trajetos diários foram explicitados. Já no que diz respeito aos desenhos e relatos sobre a cidade, as crianças seguiram narrando sobre meios de transporte, além de representarem as casas e árvores da cidade. Tais elementos demonstraram que as vivências na cidade precisariam ser intensificadas de modo a oferecerem às crianças mais elementos/repertório sobre os espaços que compõem a cidade em que vivem.

Considerações finais

O olhar para a produção das crianças no âmbito desta pesquisa provoca uma perspectiva que Lopes (2018) denomina de "desacostumar espaços e tempos", assim como fazem as crianças, a fim de compreendermos sob diversas perspectivas os sentidos que atribuem ao ser e estar no mundo. Cada encontro com as crianças foi desvelador sobre suas compreensões espaçotemporais, destoando das funções unívocas e previsíveis dos objetos.

Novamente temos que concordar com Lopes (2018) sobre as novas configurações, apropriações e arranjos que as crianças estabelecem e criam nos territórios usados, que, na perspectiva de Santos (1994), é simultaneamente material e social, composto por agentes que atuam em diferentes escalas, mas também pelas pessoas. Assim, este capítulo convida à ampliação dos olhares sobre os espaço-tempos das crianças, de forma que a linguagem da geografia, que considera a perspectiva da geografia da infância, adentre os ambientes da educação infantil. Afinal, as instituições de educação infantil são os lugares nos quais as crianças passam um precioso tempo de suas vidas. Dessa forma, destacamos a relevância dessas instituições ampliarem suas participações junto e com as crianças na cidade em que vivem, de modo a, quem sabe, possibilitar o sentido de participação que assegurará o direito à cidade, desenvolvendo assim "a própria formação do ser humano em sua experiência/vivência de humanidade" (Lopes, 2018, p. 19).

Referências

AITKEN, S. *Putting children in their place*. Washington DC: Association of American Geographers Resource Publication Series, 1994.

ANDRADE, L. B. P. *Educação Infantil: discurso, legislação e práticas institucionais*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ANDRÉS, I. *et al. V Encuentro La Ciudad de los niños:* la infancia y la ciudad: una relación difícil. Madrid: Acción Educativa, 2008.

AS CRIANÇAS na constituinte. *Plenarinho*. Câmara Dos Deputados, 2018. Disponível em: https://plenarinho.leg.br/index.php/2017/03/17/as-criancas-na-constituinte/. Acesso em: 11 abr. 2024.

BEHNKEN, I.; HONIG, M. S. (org.). *Martha Muchow/Hans Heinrich Muchow*: Der Lebensram des Groβstadtkindes. Alemanha: Beltz Juventa, 2012.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. 3 ed. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1. Brasília, 05 abr. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1. Edição Extra. Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

KUHLMANN JR, M. Histórias da Educação Infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 5-14, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjF-dfdk9DNwWT5JCHVsJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 abr. 2024.

LOPES, J. J. M. As crianças, suas infâncias e suas histórias: mas por onde andam suas Geografias? *Revista Educação em foco*, v. 13, n. 2, p. 31-44, 2009.

LOPES, J. J. M. O menino que colecionava lugares. *In:* CASTROGIOVANI, A. C. *et al.* (org.). *O ensino de Geografia e suas composições curriculares*. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LOPES, J. J. M.; COSTA, B. M. F.; AMORIM, C. C. Mapas vivenciais: possibilidades para cartografia escolar com as crianças dos anos iniciais. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, v. 6, n. 11, p. 237-256, 2016. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/381. Acesso em: 11 abr. 2024.

LOPES, J. J. M. *Geografia e Educação Infantil*: espaços e tempos desacostumados. Porto Alegre: Mediação, 2018.

LOPES, J. J. M.; FERNANDES, M. L. B.; Geografia das infâncias, geografia dos bebês, das crianças e dos jovens e geografia dos cuidados: veredas de coetaneidade e da alteridade. *In*: FERNANDES, M. L. B.; LOPES, J. J. M.; TEBET, G. G. C. *Geografia das crianças, dos jovens e das famílias*: temas, fronteiras e conexões. Brasília: Editora UnB, 2020.

RODARI, G. O Homem de Orelhas Verdes. *In:* TONUCCI, F. *Com olhos de criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SANTOS, M. O retorno do território. *In:* SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. *Território*: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

UNICEF. *Construir cidades amigas das crianças*: um quadro para a ação. 2 ed. Portugal: Unicef, 2019. Disponível em: https://www.unicef.pt/media/3674/cac-doc-apoio_quadro-acao_2019.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

Sobre as organizadoras

Etienne Baldez



Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB), atuando como docente no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e no Programa de Pós-graduação em Educação Modalidade Profissional (PPGEMP). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Estudos Sociais da Infância (Gepesi). Integra o Grupo de Pesquisa em História e Historiografia da Educação da Universidade de Brasília (Gruphe). Realiza estudos de história da infância e história da educação infantil no Brasil. E-mail: etienne.baldez@unb.br

Monique Aparecida Voltarelli



Professora adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação Modalidade Profissional (PPGEMP) da Universidade de Brasília (FE/UnB). Membro do Grupo de Sociología de la Infancia y la Adolescencia (GSIA) e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Estudos Sociais da Infância (Gepesi) da Universidade de Brasília. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado sobre a participação infantil na América Latina pela Universidade de São Paulo (FEUSP) e em direitos das crianças pela Universidade de Ciências Aplicadas de Potsdam, Alemanha. Realiza estudos no campo dos estudos sociais da infância, pesquisando temas como participação infantil, direitos das crianças, educação infantil e infância na América Latina. Email: mvoltarelli@unb.br

Sobre os autores

Ademilson de Sousa Soares

Professor associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na graduação e pós-graduação. Graduado em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), com doutorado em educação pela UFMG e pós-doutorado em pesquisas sobre políticas para a educação infantil na PUC Minas. E-mail: pacosoares@ufmg.br.

Aline Buy dos Santos

Mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ) e professora do Centro de Referência em Educação Infantil Realengo do Colégio Pedro II (Creir/CPII). E-mail: alinebuy2@gmail.com.

Ana Paula Batista Pina dos Santos

Mestre em educação na linha de pesquisa Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB). Graduada em pedagogia pela UnB e em administração pela Universidade Paulista (Unip). Especializada em psicopedagogia pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em orientação educacional e vocacional pela Faculdade do Distrito Federal (FACDF). É membro do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento. Atua como coordenadora pedagógica da educação infantil do Colégio Marista João Paulo II, no Distrito Federal. E-mail: anapaulabatistapina@gmail.com.

Andrea Braga Moruzzi

Docente de graduação em pedagogia e de pós-graduação em educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Líder do grupo de pesquisa Infâncias e Feminismos (Infemis). Pesquisa sobre infância, sociologia da infância, gênero e feminismos. E-mail: marcia.argenti@unesp.br.

Catarina Moro

Professora associada do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (Nepie). Atua como editora chefe da Educar em Revista (UFPR). É bacharel e licenciada em psicologia, especialista em educação infantil, mestre em psicologia da infância e da adolescência e doutora em educação pela UFPR. Atua principalmente nos seguintes temas: práticas educativas para/com a pequena infância, avaliação de contexto e políticas públicas em educação infantil. E-mail: moro.catarina@gmail.com.

Cristiano Rogério Alcântara

Graduado em pedagogia em gestão escolar pelo Centro Universitário de Santo André (2004) e em letras – português e literaturas de língua portuguesa pela Universidade de Franca (2014). Mestre em ciência da informação e documentação pela Universidade de São Paulo (2009). Doutor em língua portuguesa (2015) e pós-doutor em psicologia da educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2022). E-mail: cralcantara@uol.com.br.

Danielle Atta

Mestre em educação pela Universidade de Brasília. Graduada em história e pedagogia e pós-graduada em políticas públicas, infância, juventude e diversidade e em educação infantil. Pedagoga e orientadora educacional na Secretaria de Educação do Distrito Federal. E-mail: danielleatta2@gmail.com.

Débora de Souza Santos

Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Mestre em educação na modalidade profissional pela Universidade de Brasília. Especialista em educação infantil na perspectiva histórico-cultural e graduada em pedagogia. E-mail: deborag7@hotmail.com.

Flávio Santiago

Pesquisador em nível de pós-doutorado na Universidade Federal de Juiz de Fora. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociologia da Infância e Educação Infantil (Gepsi/USP) e no Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância (Grupegi). E-mail: santiagoflavio2206@gmail.com.

Gabriela Barreto da Silva Scramingnon

Professora adjunta do departamento de didática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio, 2017). Mestre em educação pela Unirio (2011). Integrante do grupo de pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (Eipp/Unirio). Integrante do grupo de pesquisa Infância, Formação e Cultura (Infoc/PUC Rio). E-mail: gabriela.scramingnon@unirio.br.

Gabriela Lotta

Professora e pesquisadora de administração pública e governo da Fundação Getulio Vargas (FGV). Doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), mestra e graduada em administração pública pela FGV. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB). Docente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Coordenadora da área temática Estado e Políticas Públicas da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e diretora da pesquisa da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Anep/CP). Email: gabriela.lotta@fgv.br.

Giane Lucelia Grotti

Doutora em educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em metodologia do ensino pré-escolar e fundamental pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Pedagoga formada pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina (Cesulon), atualmente Centro Universitário Filadélfia (Unifi). Coordenadora do curso de pós-graduação lato sensu em educação infantil e professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Acre. Atua na área de políticas e currículo para infância, educação infantil e história do atendimento à infância. E-mail: giane.grotti@ufac.br.

Ingrid Dittrich Wiggers

Doutora em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora titular da Universidade de Brasília. Atua no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília. Líder do Imagem – Grupo de Pesquisa sobre Corpo e Educação. E-mail: ingridwiggers@gmail.com.

Lara Batomarco Nobre

Graduada em pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB, 2023). Atualmente, é estudante de pós-graduação em psicopedagogia e neuroeducação, e

se especializa em psicanálise infantil na Associação Brasileira de Medicina Psicossomática (ABMP-DF). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre os Estudos Sociais da Infância (Gepesi). Atua como auxiliar do desenvolvimento infantil no Ministério da Saúde. E-mail: nobrelara@hotmail.com.

Laura Brisolara de Albuquerque

Pedagoga pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduanda em alfabetização e letramento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Sua pesquisa no Pibic-UnB foi sobre os impactos da pandemia da covid-19 na educação infantil. E-mail: laurabrisolara@gmail.com.

Lígia Almeida Teixeira

Graduada em pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Mestranda em educação na modalidade profissional (PPGE/UnB). E-mail: ligiateixeira11@gmail.com.

Lisandra Ogg Gomes

Professora associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação (Proped) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Procientista na Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e na Uerj. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Território dos Estudos da Infância. E-mail: lisandraogg@yahoo.com.br.

Lucas Ramos Martins

Doutor e mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em pedagogia pela mesma instituição. Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (Nepei/UFMG). Atua como professor no Departamento de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). E-mail: lucas.martins@uemg.br.

Marcia Cristina Argenti

Livre docente em estudos da infância na Universidade Estadual Paulista (Unesp), doutora e mestra em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pedagoga na Unesp. Pesquisadora e docente do Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância,

Família e Escolarização (Gepife). Docente no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar (acadêmico) e no Programa de Pós-graduação em Educação Sexual (profissional) da Unesp. Desenvolve atividades nas áreas temáticas da infância, família e escolarização. E-mail: marcia.argenti@unesp.br.

Maria Alice Barbosa dos Santos

Graduanda em pedagogia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância, Bebês e Crianças (Gerar). Bolsista do Programa de Iniciação Científica da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Pibic/Faperj). E-mail: mariaalicebarbosadossantos@id.uff.br.

Maria Fernanda Rezende Nunes

Professora titular-livre em educação infantil do Departamento de Didática e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Tem experiência na área de educação, com ênfase em educação infantil, atuando principalmente nos seguintes temas: política pública, formação, alfabetização e currículo. Participante do programa Cientista do Nosso Estado (CNE) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj, 2021). Coordena o grupo de pesquisa Educação Infantil e políticas públicas (Eipp). E-mail: maria.f.nunes@unirio.br.

Maria Lídia Bueno Fernandes

Geógrafa. Docente do curso de pedagogia e professora e pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB). Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS). Integrante da Rede latino-americana de pesquisa e reflexão com crianças e jovens (Reir). Trabalha com temas relacionados à geografia da infância e da juventude. E-mail: lidia_f@uol.com.br.

Marina Pereira de Castro e Souza

Professora adjunta do Departamento de Formação de Professores, na área de educação infantil, na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é vice coordenadora do grupo de pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (Eipp), na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Pesquisa os seguintes temas: educação inclusiva, medicalização e estudos da deficiência. Integrante da Rede Nacional de Pesquisas em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes (Rede Pq-SMCA). E-mail: mpcastros@yahoo.com.br.

Mayra Silva dos Santos

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-graduanda em educação especial com ênfase em educação inclusiva pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Integrante e pesquisadora dos grupos de pesquisa Infâncias e Feminismos (Infemis) e Educação e Relações Étnico-Raciais, da UFSCar. Suas pesquisas estão relacionadas à formação e trabalho docente, raça e gênero. E-mail: mayra.silva9152@gmail.com.

Nazareth Salutto

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Programa de Extensão Educação Infantil: infância, formação e sociedade. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância, Bebês e Crianças (Gerar). E-mail: nazarethssalutto@gmail.com.

Rafaelli Norberto Grégio

Graduada em pedagogia e mestre em educação pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Já atuou como professora substituta da Ufac. Professora da educação infantil há 15 anos. E-mail: rafaelligregioac@gmail.com.

Rhaisa Naiade Pael Farias

Doutora em educação pela Universidade de Brasília (UnB). Participou do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) na Queensland University of Technology. Tem pós-graduação lato sensu em docência na educação infantil e graduação em pedagogia com habilitação em educação infantil pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente é docente no curso de pedagogia na modalidade a distância do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e professora substituta na UnB. E-mail: rhaisapael@yahoo.com.br.

Taís Aparecida de Moura

Docente efetiva do Departamento de Educação (Deduc) da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). Coordenadora do Grupo de Investigação de Infâncias e Linguagens (Giil/Uemg) e pesquisadora em nível de pós-doutorado em artes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), cuja pesquisa versa a respeito das visualidades e processos estéticos das salas de aula de alfabetização. E-mail:tais.moura@uemg.br.

Vanessa Medianeira da Silva Flôres

Pedagoga. Especialista em gestão educacional e docência na educação infantil. Mestra em educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda em educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante e pesquisadora dos grupos de pesquisa Infâncias e Feminismo (Infemis), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infâncias e Educação Infantil, da UFPR. Suas pesquisas estão relacionadas a gênero e infâncias, educação infantil, práticas pedagógicas e relações étnico-raciais. Professora da Rede Municipal de Educação de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. E-mail: vanessaf.educ@gmail.com.

Viviane Fernandes Faria Pinto

Doutora em educação, mestre em processos de desenvolvimento humano e saúde, especialista em desenvolvimento psicológico e inclusão escolar e graduada em pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB). Foi assessora pedagógica em projetos de formação inicial de professores do Ministério da Educação (MEC), orientadora educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal e pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Atualmente é professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. E-mail: viviane.educ@gmail.com.

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

EDUCAÇÃO INFANTIL EM DIÁLOGO

Pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância

Educação Infantil em diálogo: pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância é uma coletânea composta por textos de pesquisadoras e pesquisadores de diversas regiões do Brasil, que têm constituído o campo de estudos da infância, articulando uma teia científica preocupada com as crianças e a infância contemporânea. Parte dessa teia tem sido tecida no âmbito das pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Estudos Sociais da Infância (GEPESI/UnB), da Universidade de Brasília, e dos diálogos que o grupo têm travado com diferentes áreas do conhecimento humano e seus pesquisadores, tendo como eixo central também as crianças (sujeitos históricos, atores sociais, produtoras e participantes ativos na cultura) e a pluralidade da infância. Assim, o livro busca reunir contribuições teóricas e metodológicas que permitam pesquisadores, estudiosos e profissionais que atuam com a infância, em especial na educação delas, de forma a ampliar olhares, saberes e instigar novos "quereres" por assim dizer no trabalho com as crianças pequenas. Almejamos proporcionar ao leitor reflexões e provocações, por meio de um pensamento dialético e complexo, que questionem nossas práticas, que revejam nossas posturas, que nos inspirem na realização de nossas pesquisas e principalmente que nos permita abrir possibilidades para conhecer e nos relacionarmos de forma mais respeitosa e potente com as crianças.

EDITORA UnB

Pesquisa, Inovação & Ousadia